

Loziane Pereira Lima de Souza Ramos
Pollyana dos Santos
Maria José de Resende Ferreira

VIVÊNCIAS E PRÁTICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Guia Prático Pedagógico



Instituto Federal do Espírito Santo – IFES
Campus Vitória
Programa de Pós-Graduação em Educação
Profissional e Tecnológica

Loziane Pereira Lima de Souza Ramos
Pollyana dos Santos
Maria José de Resende Ferreira

Produto Educacional

Vivências e práticas inclusivas na Educação Profissional

Vitória
2022



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Nilo Peçanha do Instituto Federal do Espírito Santo)

R175v Ramos, Loziane Pereira Lima de Souza.

Vivências e práticas inclusivas na educação profissional [recurso eletrônico] : guia prático pedagógico / Loziane Pereira Lima de Souza Ramos, Pollyana dos Santos, Maria José de Resende Ferreira. – 1. ed. - Vitória : Edifes Acadêmico, 2022.

58 p. : il. ; 30 cm.

ISBN: 978-85-8263-640-4 (*E-book*)

1. Ensino profissional. 2. Educação inclusiva. 3. Inclusão escolar. 4. Educação especial. 5. Educação de jovens e adultos. 6. Professores – Formação. I. Santos, Pollyana dos. II. Ferreira, Maria José de Resende. III. Instituto Federal do Espírito Santo. IV. Título.

CDD 21 – 374.013

Elaborada por Ronald Aguiar Nascimento – CRB-6/MG – 3.116

DOI: 10.36524/9788582636404

Revisão

Loziane Pereira Lima de Souza Ramos

Capa e Editoração Eletrônica

Loziane Pereira Lima de Souza Ramos
Wheber Kaizer de Freiras

Comissão Examinadora

Antonio Henrique Pinto (Ifes)
Edna Castro de Oliveira (Ufes)

Produção e Divulgação

Programa de Pós-Graduação em
Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Espírito Santo; Ifes –
Campus Vitória

Identificação

Origem do Produto

Resultado da pesquisa de mestrado intitulada “Vivências e práticas inclusivas na educação profissional e Tecnológica”

Área do conhecimento

Ensino

Público-alvo

Professores da Educação Básica, especialmente da EPT e profissionais que atuam no atendimento educacional especializado

Forma de Oferta

Formato ebook

Finalidade

Orientar e contribuir para práticas inclusivas na educação profissional no Instituto Federal do Espírito Santo



Mini Currículo dos Autores

Loziane Pereira Lima de Souza Ramos

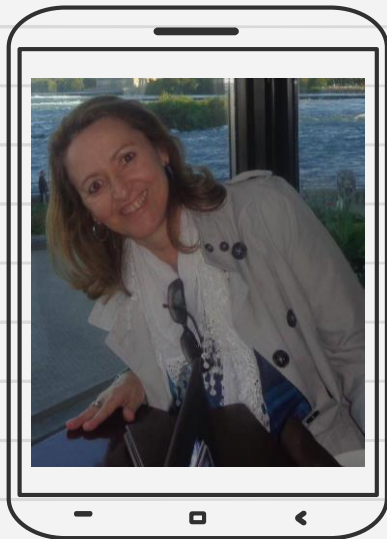
Graduado em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Faculdade Fabra. Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica também pelo Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) Ifes. Atualmente é Pedagoga e Professora de Educação Infantil no rede municipal de Vitória - ES.

Pollyana dos Santos

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Espírito Santo (2005), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (2008) e doutorado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (2014). Atualmente é professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes) Campus Guarapari e atua como docente no curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional em Rede Nacional (ProfEPT), Ifes Campus Vitória. Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: juventude, medidas socioeducativas, políticas públicas de juventude, educação em espaços de privação de liberdade, formação de professores.



**INSTITUTO
FEDERAL**
Espírito Santo




PROFEPT
MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL
Espírito Santo

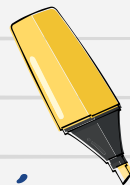


Maria José de Resende Ferreira

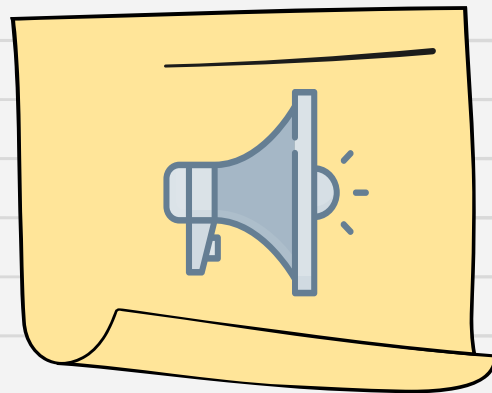
Doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/CE/UFES) (2017) na linha de pesquisa Diversidade e Práticas Educacionais Inclusivas. Mestre em Educação Profissional pelo Instituto Superior Pedagógico para a Educação Técnica e Profissional Hector A. Pineda Zaldivar - Havana/ Cuba, revalidado pela UFG (2003). É professora efetiva do Instituto Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo. Atua no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), participa do Fórum de EJA do Espírito Santo e se dedica a pesquisas acerca do sujeitos da EJA e do Proeja, relações de gênero e educação étnico-raciais, educação e trabalho, diversidade e formação de professores. Pesquisadora dos grupos de pesquisa Educação e Tecnologia, Tecnologias Digitais e Práticas Pedagógicas e Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica.

Sumário

Apresentação.....	10
Políticas Inclusivas.....	12
Políticas na rede federal.....	24
O que é uma educação Inclusiva.	25
Educação inclusiva interface com o	
Proeja.....	28
Conheça o Napne.....	36
Práticas inclusivas exitosas.....	38
Considerações Finais.....	52
Referências.....	54



É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. (FREIRE, 1996, p. 21)





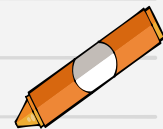
Apresentação

Caro leitor,
Este trabalho é um convite à reflexão sobre como realizar práticas inclusivas na educação profissional construído através do diálogo com professores e profissionais do Instituto Federal do Espírito Santo, por meio de uma pesquisa de mestrado intitulada “Vivências e Práticas inclusivas na Educação Profissional e Tecnológica”, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

Neste trabalho apresentamos um breve histórico das políticas inclusivas no Brasil, e pontuamos exemplos de práticas inclusivas exitosas construídas pelos profissionais e estudantes e que são possibilidades para efetivação de um processo pedagógico inclusivo.

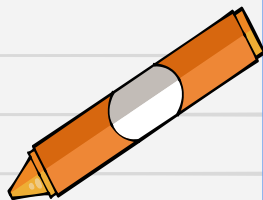
Esperamos que esse Guia Prático Pedagógico possa contribuir para a construção de uma escola mais justa e inclusiva.

Boa leitura!





Políticas Inclusivas



A educação inclusiva ganhou visibilidade internacional nos últimos 25 anos, por meio de diversos acordos multinacionais, programas de políticas públicas e relatórios de entidades internacionais, como a Conferência Mundial de Jomtien, a Declaração Mundial de Educação para todos (1990) e Declaração de Salamanca (1994).

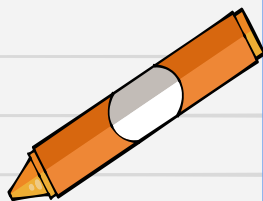
O objetivo central é de se concretizar a “Política de inclusão” e na responsabilidade de promover a universalização do direito à Educação.

No Brasil, em consonância a política inclusiva, o governo federal aprova a LDB nº 9.394 em 1996:

“A educação escolar deve ser ofertada preferencialmente na rede regular de ensino aos educandos com deficiência e os sistemas de ensino devem assegurar currículos, métodos e toda uma organização voltada para o atendimento desses estudantes.”
(BRASIL, 1996, art. 58)



Políticas Inclusivas



PARA MAIOR APROFUNDAMENTO SOBRE
AS POLÍTICAS INCLUSIVAS CLIQUE NO
LINK ABAIXO:

POLÍTICAS EDUCACIONAIS
INCLUSIVAS: contextualização
histórica e contribuições para a
educação especial (SILVA E SANT'ANA,
2021)

Em 2008, foi implementada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE, 2008) que sistematizou a política de inclusão garantindo:

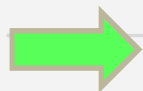
- Atendimento educacional especializado;
- Transversalidade da educação especial do desde a educação infantil até a educação superior;
- continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;
- formação de professores para a educação para a inclusão escolar;" (PNEE, 2008, p.14).



Políticas inclusivas



Ainda em 2008, é promulgado o Decreto Nº 6.571, que regulamenta o atendimento educacional especializado (AEE) na Educação Básica definindo que o mesmo deve acontecer de maneira complementar ou suplementar.



Em 2009, surge a Resolução CNE/CEB 4 que aprova o Decreto nº 6.571/2008 que estabelece que o Atendimento Educacional Especializado deverá ocorrer em Sala de Recursos Multifuncionais no turno inverso da escolarização regular.

“O AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas”. (BRASIL, 2009, p.01)

QUEM SÃO OS
ESTUDANTES
PÚBLICO-ALVO DO
AEE?



VEJA A SEGUIR!

QUEM SÃO OS ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DO AEE?

“ALUNOS COM DEFICIÊNCIA:

aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.” (BRASIL, 2009, p.01)

“ALUNOS COM TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO:

Incluem-se alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação. (BRASIL, 2009, p.01)

“ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES / SUPERDOTAÇÃO”:

aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas. (BRASIL, 2009, p.01)



Políticas inclusivas



Em 2011 foi instituído pelo Decreto Nº 7.612/2011, o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite que tem por finalidade:

“Promover, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações, o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência, nos termos da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência garantido um sistema educacional inclusivo.”(BRASIL, 2011)



Políticas inclusivas



Em 2012 foi aprovado o Decreto N° 7.480/2012, que deu origem a Lei N° 12.764/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista oportunizando o reconhecimento como pessoa com deficiência, e garantia de para todos os efeitos legais.

GARANTINDO O ACESSO:

- a) à educação e ao ensino profissionalizante;
- b) à moradia, inclusive à residência protegida;
- c) ao mercado de trabalho;
- d) à previdência social e à assistência social

LEI N° 13.005/2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação 2014-2024, estabelece metas para educação inclusiva:

META 4 DO PNE 2014-2024:

“Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados”; (BRASIL, 2014)

ESTRATÉGIAS PARA CONSOLIDAÇÃO DA META 4 DO PNE:

4.3) implantar salas de recursos Multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores para o AEE; (BRASIL, 2014)

4.8) garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado; (BRASIL, 2014)



Políticas inclusivas



LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015, traz em seu artigo 35 que “é finalidade primordial das políticas públicas de trabalho e emprego promover e garantir condições de acesso e de permanência da pessoa com deficiência no campo de trabalho (BRASIL, 2015).

LEI Nº 13.409 DE DEZEMBRO DE 2016, que prevê cotas para toda a Rede Federal de Educação Profissional, a fim de garantir aos estudantes com deficiência acesso e permanência aos cursos de EPT. (BRASIL, 2016)

A perspectiva é de que o número de estudantes com deficiência venha crescer nos Institutos Federais!



AS POLÍTICAS DE INCLUSÃO NA REDE FEDERAL



- As práticas formativas para a implantação da EPT Inclusiva, foram iniciadas somente em 2007 com a criação dos Napnes.

- Em consonância com a Política Nacional de Educação Especial (PNEE, 2008) as primeiras ações de formação com o objetivo de mobilizar e sensibilizar a comunidade escolar nas práticas inclusivas para atender aos estudantes com deficiência. (Brasil, 2013)


“As propostas educacionais voltadas para os alunos com deficiência no contexto da educação profissional e Tecnológica no Brasil ainda se mostram muito recentes, mesmo com toda a produção científica na área da Educação Especial”. (FRANÇA; TEIXEIRA, 2016, p.65)

O QUE É UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA?

Ainda hoje, quando refletimos sobre a inclusão nas escolas brasileiras, percebemos que ainda se faz desafiadora a tríade constitutiva nos processos de escolarização acesso, permanência e êxito;

A educação inclusiva se constitui pela valorização da diversidade e pelo respeito aos diferentes ritmos e tempos de aprendizagem, e pela proposição de novas práticas pedagógicas que exigem ruptura com o modelo instituído na sociedade. **Para que uma instituição se torne inclusiva, é necessária uma mudança em todo o cotidiano escolar.**

É necessário formar seus professores e equipe de gestão, bem como rever as formas de interação vigentes entre todos os segmentos que a compõem e que nela interferem. Isto implica em avaliar e redesenhar sua estrutura, organização, projeto político-pedagógico, recursos didáticos, práticas avaliativas, metodologias e estratégias de ensino (GLAT, PLETSCHE e SOUZA FONTES, 2007, p. 6).



O QUE É UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA?

“Entendemos a inclusão em uma dimensão mais ampla, que está relacionada ao respeito às diferenças e à diversidade das pessoas, uma vez que a diferença não significa desigualdade, mas ampliação da riqueza cultural que caracteriza cada ser humano, cada grupo social”. (SILVA, 2015, p. 101).

Esse entendimento possibilita a efetivação do direito das pessoas defendidos pela legislação de nosso país, considerando que somos todos sujeitos de direito, sem, contudo, desconsiderar o respeito à diversidade, às diferenças e às especificidades.

Faz-se necessário a compreensão do pluralismo cultural no cotidiano escolar, o respeito a diversidade presente em na escola e também fora dela, e a compreensão de que **CADA SUJEITO TEM SEU TEMPO DE APRENDIZAGEM** e que para enfrentar a exclusão escolar é preciso ir além e intervir em todo o sistema educacional, ampliando e diversificando suas ofertas, aprimorando a cultura e a prática pedagógica e principalmente, articulando junto com todas as políticas públicas. (CARVALHO, 2004)

Trata-se da necessidade de se reinventar a educação escolar, para que se possa oferecer espaços e tempos de ensino-aprendizagem significativos e desafiantes, considerando os espaços sociopolíticos e culturais atuais e as inquietudes dos jovens, adultos e idosos, levando em conta o multiculturalismo. Levando em conta que não há educação que não esteja imersa nos processos socioculturais. (CANDAUI, 2005)



A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA INTERFACE COM O PROEJA



Ao analisarmos o Relatório de Gestão produzido pelo *Campus* Vitória, nota-se que o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) contempla em seus cursos o maior número de estudantes com deficiência matriculados, quando comparado às demais modalidades. (IFES, 2020)

O Proeja foi criado inicialmente pelo Decreto nº. 5.478, de 24/06/2005 e denominado como Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos.

Sua criação foi uma decisão governamental de atender à demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional técnica de nível médio, da qual em geral são excluídos, bem como, em muitas situações, do próprio ensino médio.

O ingresso desses estudantes por meio do Proeja reforça a importância e comprometimento do Programa para promoção da inclusão e da inserção de sujeitos com deficiência nos cursos da EPT e reafirmam a necessidade do engajamento de todos os atores que permeiam este cotidiano, na busca por práticas e ações pedagógicas dialógicas e integradoras que contemplem as especificidades, as singularidades e as subjetividades desse público estudantil (FREIRE, 1996; ARAUJO; FRIGOTTO, 2015).

A Educação de Jovens e Adultos é formada por sujeitos oriundos das camadas populares, marcados pela dualidade estrutural presente no sistema capitalista, excluídos tanto do ponto de vista econômico, como social e cultural. (BRASIL, 2007)



A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA INTERFACE COM O PROEJA

Os estudantes têm na oferta do Proeja a possibilidade de retorno à escola para completar seus processos de escolarização da educação básica o que muito pode contribuir para minimizar os processos de inclusão precária e subordinada aos ditames do sistema capitalista, oportunizando aos jovens e adultos acesso a formação profissional integrada à educação básica.

Refletir o processo de inclusão em uma escola de EPT, articulada com a educação básica, traz a perspectiva de formação integrada que assume o papel de superar a dualidade estrutural presente em nossa sociedade capitalista, do ser humano segmentado historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar.(PERINNI, 2019)

Temos no ensino médio integrado (EMI), a oportunidade de caminhar para a travessia na direção formativa pretendida, visando romper com o modelo vigente em nossa sociedade, em busca de transformar, promovendo uma formação humana que possa unificar trabalho manual ao trabalho intelectual possibilitando assim uma formação integral, completa e inteira que contemple os estudantes em sua totalidade.

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA INTERFACE COM O PROEJA

É premissa do Proeja oferecer uma formação humana integral aos jovens, adultos e idosos, garantindo o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para atuação como um cidadão crítico pertencente a um país, que participe ativamente de seu papel político-social.

O Proeja enquanto política pública promove a elevação da escolaridade atrelada à profissionalização na perspectiva da formação integral, contribui para a integração sociolaboral de grande contingente de cidadãos, em diversas formas de vulnerabilidade e exclusão social, que tiveram seus processos educativos cerceados (BRASIL, 2007).



“O que realmente se pretende é a formação humana, no seu sentido lato, com acesso ao universo de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos historicamente pela humanidade, integrada a uma formação profissional que permita compreender o mundo, compreender-se no mundo e nele atuar na busca de melhoria das próprias condições de vida e da construção de uma sociedade socialmente justa” (BRASIL, 2007, p.13).

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA INTERFACE COM O PROEJA

A perspectiva formativa aqui defendida, necessita ser de “formação na vida e para a vida e não apenas de qualificação do mercado ou para ele” (BRASIL, 2007, p.13). É desenvolver uma educação de jovens e adultos com vistas a superação da consciência ingênua para a consciência crítica, despertando a criticidade possibilitando assim a transformação social. (FREIRE, 1975)

As políticas inclusivas abarcadas pelo Proeja demonstram que em uma educação humanizadora que se fundamenta numa relação dialógico-dialética entre educador e educando, na dinamicidade por meio da qual ambos aprendem juntos quando tomam consciência de si enquanto seres histórico-sociais.

“É no reconhecimento mútuo entre educador e educando, entre um saber de experiência feito e vivido, que ambos se tornam sujeitos, tomam consciência, tornam-se protagonistas e humanizam-se”. (REZENDE et al, 2021, p.1261).

É incorporar os diferentes saberes, as diferentes culturas e trabalhar em cima da diversidade que permeia todo o cotidiano escolar, é fazer das diferenças situações de aprendizagens oportunizando aos jovens e adultos estudantes com deficiência, uma formação profissional completa, inteira e, portanto, omnilateral.

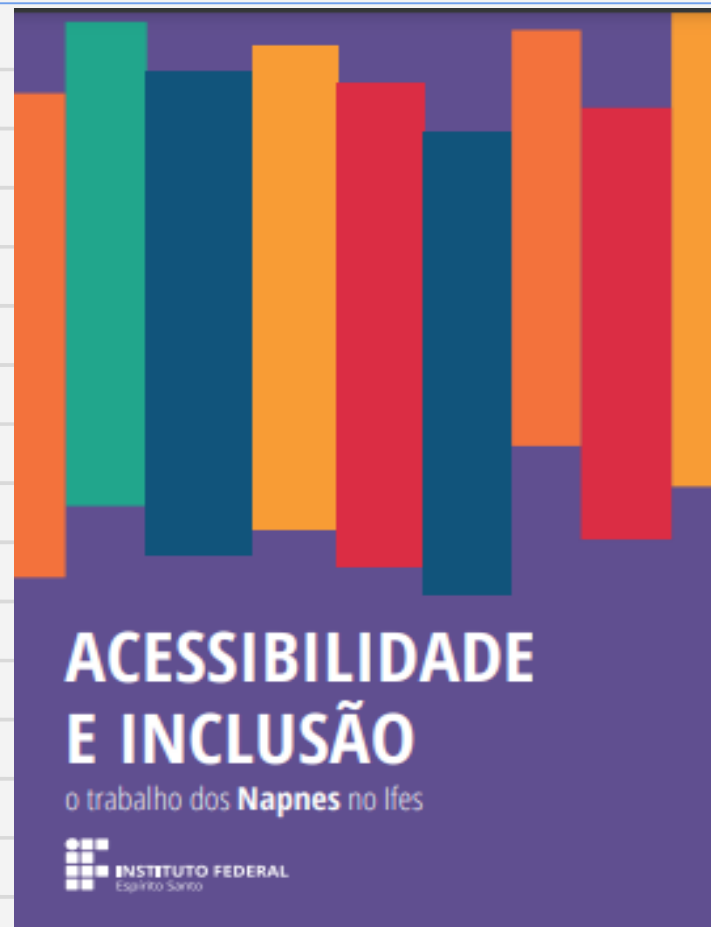
CONHEÇA O NAPNE!

O Napne é o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas e suas ações visam contribuir para a equidade de condições de acesso, permanência e saída com êxito dos estudantes com necessidades educacionais específicas.

Clique no link abaixo e conheça as frentes de trabalho do Napne, bem como orientações práticas e teóricas sobre a inclusão e acessibilidade no campus:



[Cartilha “Acessibilidade e inclusão: o trabalho dos Napnes no Ifes”](#)





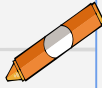
PRÁTICAS

INCLUSIVAS

EXITOSAS:

Por

onde



começar?

Este Guia Prático Pedagógico é parte integrante da pesquisa “Vivências e Práticas inclusivas na Educação Profissional e Tecnológica” que objetivou analisar as práticas educativas inclusivas que podem contribuir para o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes com deficiência no ensino médio integrado à EPT.

Diante disso, compartilharemos práticas exitosas construídas pelos participantes da pesquisa. Vale ressaltar que este Guia não tem a pretensão de apresentar soluções prontas, mas apresentar possibilidades, vivências e exemplos de práticas que foram exitosas como forma de orientar as práticas educativas inclusivas.

INGRESSO DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA:

- 1. IDENTIFICAÇÃO DO ESTUDANTE NA INSCRIÇÃO DO PROCESSO SELETIVO:** Logo ao realizar a inscrição, o candidato já indica qual a sua deficiência, que garanta um processo seletivo inclusivo, oportunizando igualdade de condições e acessibilidade;
- 2. NAPNE INFORMA AOS PROFESSORES AS ESPECIFICIDADES DOS ESTUDANTES:** Após ser aprovado no processo seletivo, a equipe multidisciplinar do Napne já informa sobre o estudante e orienta sobre as formas de avaliar; possibilidades de flexibilização curricular através da elaboração do Plano de Ensino individual do aluno (PEI)
- 3. Estudante e Família apresentado ao Napne e ao professor de AEE:** Atendimento individual e semanais para acessibilidade.



PRÁTICAS INCLUSIVAS

EXITOSAS: Por onde começar?



TRABALHO INTEGRADO ENTRE PROFESSOR, AEE E NAPNE PARA O REPENSAR DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS: É consensual entre os professores que a atuação da equipe multidisciplinar do Napne e coordenação do Proeja tem sido essencial para a efetivação e sensibilização de práticas inclusivas.

1- FORMAÇÃO SOBRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS:

No início de cada semestre letivo há reuniões pedagógicas de formação continuada com os professores e a temática da inclusão é sempre colocada em pauta para se trazer o direito do estudante ao acesso, permanência e êxito do estudante na escola.

2- ACOMPANHAMENTO DO PERCURSO FORMATIVO DO ESTUDANTE: O Napne, no papel dos pedagogos e professor de AEE acompanha o desenvolvimento do estudante, auxiliando o professor na elaboração do Plano de Ensino Individual (PEI), mapeando as necessidades de intervenções e flexibilização curriculares.

“Foi um diferencial a implementação do Napne, o apoio em nos ajudar nas atividades pedagógicas, e nas atividades da sala de aula é um diferencial e um alívio porque enquanto professor a gente se sentia muito desamparado, muito angustiado em não dar o atendimento necessário aquele estudante por desconhecer essa especificidade, por falta de conhecimento mesmo”. (RELATO DE UMA PROFESSORA DO PROEJA-IFES CAMPUS VITÓRIA-DIÁRIO DE BORDO)



PRÁTICAS INCLUSIVAS


EXITOSAS: Por onde começar?



CONHECER AS ESPECIFICIDADES DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA:

- Logo no início de cada semestre, nas primeiras reuniões gerais são apresentado aos professores, os laudos e especificidades dos estudantes com deficiência matriculados na instituição;
- Após a ciência do laudo, o professor é orientado a elaborar seu plano de trabalho individualizado para cada aluno a partir das especificidades de cada estudantes que serão melhor conhecidas na vivência do cotidiano escolar; O Plano de trabalho é realizado em parceria com o Professor de AEE;

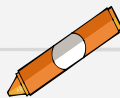
Para caminhar em direção à inclusão escolar se faz necessário que as práticas pedagógicas possam garantir um processo educativo de qualidade, respeitando as especificidades e as particularidades dos estudantes da educação especial. No reconhecimento que cada sujeito é único e tem suas possibilidades educativas.



Abrir espaço para a diversidade, a diferença e para o cruzamento de culturas constitui o grande desafio que a escola está chamada a enfrentar. (MOREIRA E CANDAU, 2008).

PRÁTICAS INCLUSIVAS

EXITOSAS: Por onde começar?



FORMAÇÃO CONTINUADA:

- As formações são dirigidas pelos pedagogos e demais componentes do Napne, em cada reunião são oportunizados momentos de sensibilização e reflexão sobre a especificidade e diferentes tempos de aprendizagem dos estudantes com deficiência;

- É informado aos professores sobre o direito a adaptação de conteúdos e flexibilização curricular por meio do PDI;

Eu percebia que o esforço para incluir os alunos no IFES é bem grande. É bem bacana o trabalho com a inclusão no Ifes, os minicursos quando entra início de semestre, a maioria eram voltados para essa temática, para os professores aprenderem. (RELATO DA PROFESSORA DE AEE-DIARIO DE BORDO)

Há uma constante orientação de que estas adaptações curriculares sejam realizadas, mas sem desqualificar a formação do estudante, prezando por práticas sob uma óptica transformadora, comprometida com as bases ético-políticas, buscando uma formação integral.

PRÁTICAS INCLUSIVAS

EXITOSAS: Por onde começar?

FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR:

A flexibilização curricular, garantida pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2024), que trouxe como política da instituição a flexibilização e adequações curriculares que atendam às necessidades específicas dos alunos público-alvo da educação especial com objetivo de garantir “condições de permanência e sucesso, respeitando as necessidades específicas” (IFES, 2019, p.75). Essa ação foi salutar, pois permitiu ao estudante cursar um semestre letivo com um número menor de disciplinas em sua matriz curricular aumentando o índice de aprovação e sucesso escolar.

COMO FUNCIONA?

- Em cada semestre, é garantido a escolha pela flexibilização curricular em diálogo com o estudante e a sua família juntamente com a equipe do Napne com o objetivo de favorecer o aprendizado, a permanência e êxito do estudante;
- O estudante pode optar por reduzir os números de disciplinas garantindo assim melhor rendimento de acordo com suas especificidades.

[ACESSE AQUI O PDI E CONHEÇA MAIS SOBRE A FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR](#)



PRÁTICAS INCLUSIVAS



EXITOSAS: Por onde começar?

RELAÇÃO DIALÓGICA ENTRE FAMÍLIA, ESTUDANTE E ESCOLA:

1- Logo após a matrícula do estudante com deficiência no Ifes, a família é convidada à escola para ter ciência sobre o direito à flexibilização curricular e as adaptações curriculares, bem como dialogar sobre as especificidades do estudante;

2- Após essa conversa inicial, o Napne se mantém em comunicação com as famílias dos estudantes sempre que necessário em busca da qualidade do ensino e permanência do estudante;

A relação de parceria entre escola e família se mostrou uma ação muito efetiva para contribuir, qualificar e potencializar a permanência e êxito dos estudantes com deficiência.

“E eu tenho problema na fala também, de algumas coisas, e alguns professores aceitavam, outros não. E eu fui falando, com a Luiza (Psicóloga), Érica (pedagoga) ou Márcia (Professora de AEE), uma dessas três e às vezes com Arthur (pedagogo) também eu falava e esses eram os que me apoiavam. E Todos da equipe pedagógica, eu convivia e gostava muito deles. E gostava assim, quero dizer, eles me ajudaram. (FÁBIO-ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL-DIÁRIO DE BORDO.



RELAÇÃO DIALÓGICA ENTRE FAMÍLIA, ESTUDANTE E ESCOLA:



- Foi por meio da comunicação com as famílias que se fizeram visíveis as reflexões sobre o olhar do estudante sobre sua vida escolar, pois em muitos momentos o estudante não se sentia confiante para trazer seus posicionamentos e análises sobre sua vida escolar.

“No caso do Fábio, a gente tinha muita parceria com a mãe, qualquer coisa que a gente sentia aqui na escola a gente fazia contato com ela, quando ela também sentia alguma coisa que ele tava muito agitado ela nos dava o feedback, esse retorno. Então você conseguia também ter essa parceria com a família, então isso para permanência do aluno é muito favorável” (ÉRICA – PEDAGOGA- DIÁRIO DE BORDO).

“Mas na verdade o Ifes foi assim um divisor de águas na vida dele, porque ele era um Fabio e depois do Ifes ele é outro. No desenvolvimento, na interação, interação assim de interagir com outras pessoas. Porque ele não tem uma vida social, ele não aceita. Então no Ifes com alguns professores, pedagogos que se importavam mais assim com ele, então acabaram encorajando que a gente tem que conviver, se relacionar com o outro e ele acabou mudando um pouquinho, e até que melhorou um pouco. Ele tinha assim medo de todo mundo, todo mundo podia fazer mal, era aquela coisa bem distante. Então lá foi muito bom nesse ponto de acreditar mais nos outros, mesmo na escola, em trabalhos, em tudo” (ANA - MÃE DO ESTUDANTE- DIÁRIO DE BORDO. Grifo nosso).

Considerações Finais

Este trabalho objetivou demonstrar as políticas públicas efetivadas na perspectiva da educação inclusiva e os avanços na rede federal. Também disponibilizamos exemplos de práticas exitosas que foram compartilhadas através da pesquisa de mestrado intitulada Vivências e Práticas Inclusivas na EPT, que demonstrou um engajamento de grande parte dos profissionais da educação do Ifes campus Vitória em realizar ações que possam promover uma educação inclusiva afim de garantir o acesso, a permanência, o êxito com qualidade .



“se quisermos uma escola inclusiva é preciso que seus planos se redefinam para uma educação voltada à cidadania global, plena, livre de preconceitos e disposta a reconhecer as diferenças entre as pessoas”.

(MANTOAN, 2006, p. 206)

Referências

BRASIL. Documento Base. **Programa Nacional de integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Setec/MEC, 2007.

_____. **Educação profissional e tecnológica inclusiva: um caminho em construção**. Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2013.

_____. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 15 nov. 2018.

CANDAU, Vera Maria. **Reinventar a escola**. 4. Ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

CARVALHO, E.N. **Programa de capacitação de recursos humanos do ensino fundamental: deficiência mental**. Brasília: SEESP, 1997

CARVALHO, R.E. **Educação inclusiva com os pingos nos is**. Porto Alegre: Meditação, 2004.

CIAVATTA, Maria. **Educação Básica e Educação Profissional – Descompassos e sintonias necessárias**. In: OLIVEIRA, Edna Castro de; PINTO, Antônio Henrique; FERREIRA, Maria José de Resende. (Org.). *EJA e Educação Profissional: desafios da pesquisa e da formação no Proeja*. 1a ed. Brasília: Liber livro, 2012, v. Vol. 01, p. 277-330.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO.
Regulamento interno do Núcleo de atendimento às pessoas com necessidades específicas (Napne). Disponível em https://vitoria.ifes.edu.br/images/stories/Regulamento_interno_Napne_Vitoria.pdf. Acesso em: 18 Ago 2021.

_____. RESOLUÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR Nº 34/2017, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017. **Diretrizes Operacionais para Atendimento a Discentes com Necessidades Educacionais Específicas no Ifes.** Disponível em: <https://www.ifes.edu.br/images/stories/publicacoes/conselhos-comissoes/conselho-superior/2017/Res_CS_34_2017_-_Institui_diretrizes_operacionais_para_atendimento_alunos_necessidades_especiais.pdf>. Acesso em 10 Ago 2021.

_____. RESOLUÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR Nº 55/2017, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017. Institui os procedimentos de identificação, acompanhamento e certificação de alunos com Necessidades Específicas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Ifes. Disponível em: <<https://ifes.edu.br/conselhos-comissoes/conselho-superior?showall=&start=10>> Acesso em 10 Ago 2021.

_____. Relatório de Gestão Educação Especial na perspectiva inclusiva 2020. Disponível em:<https://proen.ifes.edu.br/images/stories/Relat%C3%B3rio_de_Gest%C3%A3o_Educ%C3%A7%C3%A3o_Especial_na_perspectiva_inclusiva_2020_1.pdf>Acesso em 10 jun 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO.
Regulamento interno do Núcleo de atendimento às pessoas com necessidades específicas (Napne). Disponível em https://vitoria.ifes.edu.br/images/stories/Regulamento_interno_Napne_Vitoria.pdf. Acesso em: 18 Ago 2021.

_____. **RESOLUÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR Nº 34/2017, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017. Diretrizes Operacionais para Atendimento a Discentes com Necessidades Educacionais Específicas no Ifes.** Disponível em: <https://www.ifes.edu.br/images/stories/-publicacoes/conselhos-comissoes/conselho-superior/2017/Res_CS_34_2017_-Institui_diretrizes_operacionais_para_atendimento_alunos_necessidades_especiais.pdf>. Acesso em 10 Ago 2021.

